

Roberto Tuyoshi Hosokawa**
Jefferson Bueno Mendes***

SUMMARY

The present paper shows the technical possibility to maintain the economical participation of the forest activity at the National level.

1. INTRODUÇÃO

Os produtos florestais diretos, principalmente a madeira, apresentam enorme elasticidade quando analisados do ponto de vista de consumo pela sociedade humana, ou seja, eles são possíveis de serem substituídos por outros produtos como concreto, alumínio, plásticos etc..., tendo como elemento regulador de consumo o custo, e em casos especiais, simplesmente o fator preferência do consumidor.

Para se ter uma noção mais real, pode-se citar um produto extremamente inelástico, por exemplo o sal de cozinha. Este fato demonstra que a madeira deve ser ofertada a um preço compatível e com poder de concorrência com outros produtos.

Por outro lado, a análise de tendência e perspectiva do consumo mundial de madeira tem sido estimado em função do crescimento demográfico. Como a população mundial cresce em função geométrica sempre foi apresentado de que a atividade econômica florestal não sofreria estagnação, fato este, muitas vezes constatado de forma contraditória, principalmente devido à substituição de matéria-prima provocado pelo avanço tecnológico.

Muito se tem propalado também de que os países da América Latina, África e algumas regiões da Ásia teriam vantagens para produzir matéria-prima ma-

deira, dentro do contexto mundial, devido ao longo período de fotoperiodismo anual, quando comparado com países Europeus, E.U.A., Canadá, Japão etc... Quanto a este aspecto, não se pode esquecer de que a natureza sempre procura equilibrar as vantagens. Normalmente quando se ganha em termos de velocidade de produção (rápido crescimento) perde-se em qualidade. Neste aspecto tem se constatado como um caso sui-generis, a produção de madeira de PAWLOMIA MIKADO que apresenta um crescimento extremamente veloz nos climas tropicais e sub-tropicais, mas a sua madeira não possui qualidades suficientes para uma destinação mais nobre. A sua resistência mecânica é tão baixa que não se pode utilizar para construção civil, ao contrário das produzidas na Ásia que crescem lentamente, e que normalmente são possíveis de destiná-las para a construção de casas e móveis.

Também tem se alegado de que fatores de produção como área disponível (custo da terra) e custo de mão-de-obra seriam muito mais vantajosas nos países da América Latina e África, quando comparados com os das nações industrializadas. Estes aspectos são vantagens apenas temporárias e como a produção florestal é de longo prazo, não se pode considerar então como sendo vantagens, uma vez que é limitada e a população cresce vertiginosamente exatamente

* Trabalho apresentado na IIª Jornadas Técnicas en el Bosques Implantados en el Noreste Argentino. ELDORADO MISIONES, 5-9 Septiembre de 1983 ARGENTINA.

** Professor Titular da Universidade Federal do Paraná (U.F.P.R.). BRASIL. Ph.D em Economia e Manejo Florestal.

*** Engº Florestal — Mestrado em Manejo Florestal da U.F.P.R. — BRASIL.

nestes países. Quanto ao custo de mão-de-obra, se a pretensão é de melhorar o padrão de vida dos operários tanto dos países industrializados, tampouco será mais baixa.

Finalmente, considerando os produtos florestais provenientes de reflorestamentos, tem-se a incidência dos mesmos tipos de custos florestais como nos reflorestamentos dos países industrializados, sendo que, nestes países, a tecnologia florestal é muito mais desenvolvida, o que permite minimizar os custos e aumentar o poder de concorrência no mercado florestal.

Após todas estas considerações, não se pode mais permanecer na ilusão de que é possível produzir a matéria-prima madeira com facilidade e com poder de concorrência nos países onde o fotoperiodismo é mais longo e intenso.

Para que a matéria-prima madeira seja produzida em nível de competição com a de países industrializados, necessário se faz a aplicação de uma tecnologia compatível com a realidade do mercado mundial. Neste contexto é sumamente importante a realização de um planejamento florestal mais evoluído e integralizado harmonicamente com todas as outras atividades econômicas.

Uma vez que o ciclo de produção florestal é bastante longo, um planejamento florestal eficiente resulta em menor custo de risco, minimização dos custos operacionais, melhoria na produtividade de trabalho e racionalização do fluxo de produção.

2. NECESSIDADE DE PLANEJAMENTO FLORESTAL

A medida que o diferencial custo-benefício de um produto tende a valores cada vez menores, a probabilidade de continuidade de oferta desse mesmo produto vai se tornando cada vez mais rara, até que ocorra uma nova pulsação estabilizadora em relação a oferta e procura, regulado pelo preço. Isto significa que no intervalo de cada pulsação econômica, ocorre um afunilamento do espaço econômico e quanto mais intenso for a redução deste espaço, maior será a intensidade de concorrência entre os

ofertantes deste produto. Como consequência, restarão apenas as entidades que vencerem esta competição. A possibilidade de sobrevivência das empresas serão asseguradas à medida que estiverem melhor estruturadas em termos de informática.

Um sistema racional, econômico e seguro de fornecimento de informações para facilitar as decisões gerenciais e definir a política de desenvolvimento da entidade seria através do Planejamento Florestal.

3. PROFUNDIDADE DO PLANEJAMENTO FLORESTAL

O Planejamento Florestal em sua forma mais incipiente tem sido apresentado simplesmente como sendo projeto de reflorestamento, plano de corte ou de exploração. Isto porque até o momento, o espaço econômico da atividade de produção da madeira era ampla.

A realidade atual contudo, demonstra quão pequena fatia é o setor florestal em relação a outras atividades econômicas do setor primário, (por exemplo: pecuária e agricultura), nos países em vias de desenvolvimento, o que implica na necessidade de um Planejamento Florestal mais profundo.

Bacisamente o Planejamento Florestal pode ser realizado em cinco níveis bem definidos, quais sejam:

- Planejamento da Produção Florestal
- Planejamento da Empresa Florestal
- Planejamento Florestal Regional
- Planejamento Florestal Integrado
- Planejamento do Setor Florestal.

Enquanto a exigência do mercado se situar em nível relativamente primitiva e que haja suficiente espaço no ambiente econômico, o Planejamento Florestal se baseia apenas em produção contínua de matéria-prima. Neste contexto são analisados os aspectos como:

- Classificação de Produtividade
- Previsão de Produção Total

- Previsão de Produção de Desbastes

- Previsão, Regulação e Controle de Produção

- Rendimento Sustentado.

A medida em que o diferencial custo-benefício diminui, necessário se faz a otimização da combinação e uso marginal dos fatores de produção, ou seja o Planejamento Florestal deve abranger a empresa como um todo.

Nesta etapa são realizados:

- Definição de Critérios de Investimentos

- Planejamento do Uso de Fatores de Produção e de Finanças

- Planejamento de Informações e Fluxo de Dados

- Prognóstico da Potencialidade de Crescimento Econômico

- Previsão do Retorno de Investimento.

Os dois níveis de Planejamento apresentados pertencem estritamente ao âmbito Florestal.

A atual conjuntura econômica se caracteriza pela crise energética, e a esta crise soma-se, no caso dos países em vias de desenvolvimento, as dificuldades econômicas geradas pela própria estruturação da economia mundial. Dentro deste aspecto é de suma importância, principalmente nos países importadores de petróleo, a consideração de Planejamento Florestal Regional e o Planejamento Florestal Integrado.

No primeiro caso, procura-se diminuir o consumo de combustíveis através da minimização de custos operacionais, expresso em forma de uma melhor distribuição espacial dos maciços florestais. Para isto, deverão ser considerados no planejamento aspectos como:

- Definição de Regiões Florestais

- Política e Estratégia de Desenvolvimento Regional

- Problemas de Regionalização.

No segundo caso, procura-se aumentar a capacidade de um produto ser distribuído em espaço cada vez maior. Em outras palavras, seria verticalizar a produção de tal forma que sejam produzidos produtos de maior valor agregado. Por exemplo, apresentar como produto final a madeira serrada, ou celulose, ou aglomerado, ou laminado etc..., em vez de toras. Neste caso, envolveria Planejamento como:

- Planejamento do Setor Primário Integrado

- Planejamento do Setor Primário, Secundário e Terciário Integrados.

- Análise dos Fluxos Intra e Inter Setoriais.

Finalmente, dentro do contexto nacional e especialmente nos países da América Latina onde a distribuição da densidade demográfica relativa é irregular e baixa, ou seja, onde existem problemas de ocupação territorial; o desenvolvimento global do setor Florestal depende muito de um Planejamento Setorial eficiente. Por exemplo, a política de concessão de incentivos fiscais para reflorestamentos, deve ser dirigida em função da infra-estrutura de uma possível localização de polos industriais e do desenvolvimento da possibilidade de consumo local, regional, nacional e internacional. Para isto, são relevantes os aspectos como:

- Política Econômica e Política Florestal

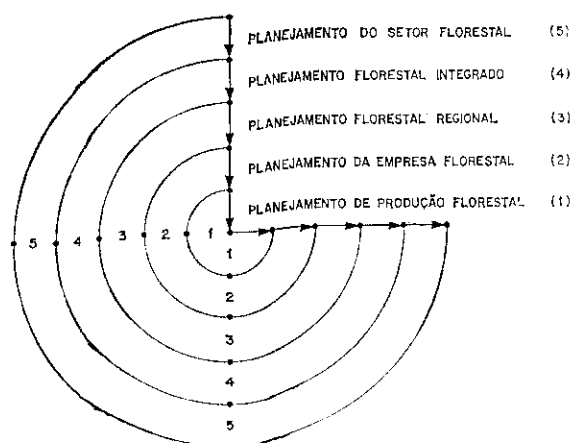
- Análise de Insumo Produto

- Polarização e Análise de Custo-Benefício.

4. RESUMO

O presente trabalho versa sobre as técnicas para a manutenção da contribuição do Setor Florestal à Economia Nacional, enfocando os problemas florestais específicos da América Latina, Ásia e África.

NÍVEIS DE PLANEJAMENTO FLORESTAL



5. LITERATURA CITADA

1. Duerr, W.A. 1960. Fundamentals of Forestry Economics. New York-Toronto-London.
2. Algvere, K.V. 1966. Forest Economy in the U.S.S.R. An Analysis of Soviet Competitive Potentialities. Studia Forestalia Suecia Nr. 39. Stockohlm.
3. Johnston, D.R., Grayson, A.J. and Bradley, R.T., 1967. Forest Planning, Faber and Faber Ltda. London.
4. Speidel, G., 1972. Planung im Forstbetrieb, Verlag Paul Parey — Hamburg — u. Berlin.
5. Speidel, G., 1984. Forstliche Betriebswirtschaftslehre, Verlag Paul Parey. Hamburg u. Berlin.
6. Simon, H.A. 1957. Models of Man — Social and Rational, New York — London.
7. Strand, H. 1969. Economic Analysis as a Basis of Land use Policy. In Reading im Forest Economics, Herg, A. Sverdsrud, Univ. Verlag, Oslo — Bergen — Tromsoe, p. 241-249.